

Sumário Executivo



Destravando o Potencial de Investimentos Verdes para Agricultura no Brasil

O Brasil foi identificado como um dos mercados com maior potencial de crescimento dos títulos verdes no setor agrícola. O país é o maior exportador de carne bovina, aves, soja, café, suco de laranja, açúcar e o segundo maior exportador de milho. Até o momento, o uso de títulos verdes no agronegócio tem se restringindo aos exportadores do setor florestal, em especial as empresas de papel e celulose. O objetivo desse Plano de Investimento é fornecer um maior entendimento e visibilidade sobre o cenário de oportunidades para investimento verde no agronegócio brasileiro e apoiar a criação de um pipeline de projetos que sejam financiáveis por meio da emissão de títulos verdes e outros instrumentos de dívida rotulados.

Potencial Brasileiro de Agricultura Sustentável

Nos últimos quarenta anos, o Brasil transformou o setor de agricultura. Avanços tecnológicos, combinados com políticas direcionadas, investimentos públicos e assistência técnica, permitiu um aumento de produtividade sem expansão relevante da área ocupada, atualmente 7.8%. O Brasil desenvolveu um arcabouço sólido para reconciliar a conservação ambiental e produção agrícola sustentável.

O Brasil tem um Código Florestal robusto e um ambicioso Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Por meio do Código Florestal, o país conciliou a proteção de áreas de áreas naturais remanescentes, exigindo que as propriedades privadas reservem terras para conservação e proteção da biodiversidade. Enquanto o Programa ABC, linha de crédito para financiar o produtor rural no âmbito do Plano ABC, encorajou a adoção de tecnologias de baixo carbono. Agricultura, o uso da terra e florestas são um dos principais focos para o cumprimento da NDC.

Pipeline de Investimento

Considerando a legislação ambiental, o Plano de Baixo Carbono e compromissos climáticas do Brasil como ponto de partida, e consulta com partes interessadas locais, **USD 163.3 (BRL 692.4) bilhões** em investimentos verdes forma identificados para esse Plano de Investimento. Existe um pipeline significativo em agricultura, pecuária, energia renovável, florestas e transportes que podem se beneficiar de investimentos verdes e o Brasil tem o potencial de servir como exemplo global de como a crescente demanda por investimentos verdes pode impulsionar, com sucesso, a produção agrícola sustentável.

“

O lançamento deste plano de investimento irá promover o green bond como um dos importantes instrumentos financeiros para impulsionar investimentos na agricultura no Brasil. A definição de padrões sustentáveis para a agricultura é essencial e é a base do nosso trabalho.

”

Tereza Cristina, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Tema ¹		Valor (USD/BRL)	Horizonte	Métrica
Legislação Ambiental	Programa de Regularização Ambiental - PRA	32,5/138 bilhões	2030	19 milhões ha
Agricultura	Biodefensivos	190/806 bilhões	2025	-
	Biofertilizantes	1,4/6 bilhões		-
Pecuária	Recuperação de Pastagens Degradadas	68,6/291 bilhões	2020+	75 milhões ha
	Tratamento de Resíduos Animais (Plano ABC)	471,6 milhões/ 2 bilhões	2020	2,7 milhões m³
	ILPF (Plano ABC)	4,2/17 bilhões	2020	4 milhões
	IPF (Integração Pecuária-Floresta)	5,1/ 21,9 bilhões	2030	5 milhões
Energia Renovável	Energia Solar	1,1/4,5 bilhões	2029	1,3GW
	Produção de Biocombustíveis	16,3/69,5 bilhões		50,7 bilhões litros
	Cogeração	2,9/12.5 bilhões	2030	5GW
	Biogás	4,5/19 bilhões		7,2 bilhões nm³
Florestas	Plantation Forestry	4,2/18 bilhões	2030	4 milhões ha
	Papel e Celulose/Painéis de Madeira	7,7/32,6 bilhões	2023	63 milhões toneladas/1 mil m³
Transporte	Ferrovias e Etanol (Dutos)	14/ 59,6 bilhões	2030+	16,539 km
Total Oportunidades				USD 163 (BRL 692,4)

1 A tabela acima ilustra possíveis investimentos verdes no Brasil e é uma estimativa baseada na metodologia explicada acima. Esse número é provavelmente subestimado, devido a lacunas de dados em setores importantes.

Pipeline de Investimento em Agricultura Sustentável

 Legislação Ambiental

A legislação brasileira pode ser usada como proxy para credenciais verdes. Outras oportunidades surgem sob o Código Florestal por meio da restauração de passivos ambientais em Reservas Leais e Áreas de Preservação Permanentes, bem como conservação ambiental em propriedades privadas. Bonds de transição, uma nova categoria dentro do universo de finanças sustentáveis é uma alternativa para financiar esses ativos, junto com outros instrumentos de dívida verde, sustentável e/ou social.

Agricultura

O Brasil é um importante player agrícola e o quarto maior exportador do mundo. Produtividade continuará a ser um elemento central para esse crescimento. A adoção de tecnologias e práticas, tais como plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta e fixação biológica de nitrogênio, biofertilizantes, biodefensivos e o uso de pastagens de baixa produtividade para produção de lavoura aumentará a produtividade e a eficiência e, consequentemente, elevará o número de novas oportunidades de investimento.

Pecuária

O Brasil é um importante produtor e exportador de carne bovina. Avanços na produtividade e eficiência serão cruciais para o Brasil continuar a aumentar sua produção sem a necessidade de novas pastagens. Nos últimos trinta anos o país mais que dobrou a sua produtividade por melhorias tecnológicas (intensificação, genéticas, práticas sustentáveis). A adoção de práticas de baixo carbono (por exemplo, intensificação da produção pecuária, ILPF, tratamento de dejetos animais), combinado com a recuperação de áreas degradadas não apenas permite dar escala a produção sustentável, mas outros usos de terra como agricultura e florestas plantadas.

Energia Renovável

A produção de energia renovável a partir de resíduos da agricultura e pecuária e produção e cogeração de bioenergia tem um potencial significativo. Áreas destinadas a agricultura e pecuárias são adequadas para sistemas fotovoltaicos e sistemas de geração distribuída podem ser implementados mais amplamente para autoprodução, maquinário, irrigação e bombeamento. Biomassa de lavoura e dejetos animais também podem ser utilizados para produção de energia. O Brasil também tem um potencial considerável para expansão de bioenergia, incluindo etanol de 2G, bem como cogeração.

Oportunidades se concentram principalmente em florestas plantadas e papel e celulose. O setor de papel e celulose tem liderado emissões na categoria de uso de terra no Brasil e há oportunidades de direcionar investimentos para uso sustentável de florestas, conservação, restauração, produtos florestais não-madeireiros e atividade industrial.

Transporte

Infraestrutura e logística continuam a ser um desafio para o Brasil. Há oportunidade para expandir modais de transporte de baixo carbono e aumentar o uso de biodiesel para reduzir a intensidade de carbono no transporte rodoviário. Existem numerosas oportunidades de projetos e ativos no portfólio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), tais como bioenergia, renováveis e ferrovias; caso se enquadrem em critérios e taxonomias verdes.



Financiando a Agricultura Brasileira

As linhas de crédito públicas têm sido uma parte essencial do financiamento agrícola. O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) anual é o instrumento principal e define os programas para o setor, utilizando linhas de crédito com taxas de juros diferenciadas para pequenos, médios e grandes agricultores. Produtores tem financiado produção agrícola principalmente por capital próprio e bancos. No entanto, oportunidades de investimento verdes e mecanismos alternativos de financiamento podem ser impulsionados por cooperativas, indústria, fornecedores e traders.

O Brasil tem instrumentos de mercado de capitais dedicados para agricultura que podem ser rotulados como verdes e direcionar investimentos para práticas sustentáveis. Instrumentos financeiros e de mercado de capitais do Brasil estão prontos para alavancar as oportunidades existentes e atrair capital de longo prazo (setor privado) para a agricultura, em um período em que os recursos públicos se tornam cada vez mais escassos. Os instrumentos mais utilizados nas emissões públicas de valores mobiliários para o financiamento do agronegócio são o CRA e a LCA, juntamente com outros instrumentos de uso geral, como os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e Títulos (Debêntures).

Resumo dos Títulos do Agronegócio

Instrumento	Colateral	Emissores
CPR/ CPR-F	Produção Futura Agropecuária / hipoteca ou alienação fiduciária de imóvel / cessão de recebíveis advindos de operação de barter	Produtores rurais pessoas naturais e jurídicas, suas associações e Cooperativas
LCA	Empréstimos lastreados em crédito do agronegócio entre instituições financeiras e produtores rurais /cooperativas.*	Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito
CDCA	recebíveis do agronegócio, tais como CPR, Notas Promissórias duplicatas, recebíveis advindos de da negociação de produtos agropecuários	Produtores rurais e outras pessoas que exercem atividades de comercialização, processamento ou industrialização de: produtos agropecuários; insumos agropecuários; ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária
CRA	CPRs, CDCAs, CDA/WA, Duplicatas e Notas Promissórias decorrentes da comercialização de produtos agropecuários.	Companhia Securitizadoras
CDA/WA	Produtos Depositados em Armazéns	Armazéns e depósitos

O CRA pode ser usado para financiar produtividade agrícola (inovações tecnológicas, intensificação da produção, recuperação de áreas degradadas, restauração de florestas nativas e práticas agrícolas de baixo carbono). A LCA, por sua vez, pode incentivar bancos a emitirem títulos ou LCAs verdes, utilizando como lastro operações de financiamento de crédito rural (como o lastro de empréstimos ABC, por exemplo). Há um potencial inexplorado no uso de FIDCs para securitização de recebíveis no agronegócio e debêntures de infraestrutura podem ser utilizados para atrair novos investimentos para produção de açúcar e etanol, bem como na geração de energia solar distribuída..

A Lei 13.986/2020 introduziu mudanças importantes para atrair investimentos internacionais para o setor agropecuário. Uma das principais inovações que facilita o acesso ao mercado de capitais é a possibilidade de emitir CRAs diretamente no mercado offshore. Sob essa nova estrutura de financiamento, os CRAs podem ser emitidos em moeda estrangeira, não precisam ser depositados em bolsas locais e podem ser registrados ou depositados em bolsas offshore, permitindo que investidores estrangeiros tenham acesso a CRAs sem precisarem abrir uma conta local de investimentos. Esse desdobramento recente pode promover e facilitar emissões de títulos verdes para produtores médios, cooperativas e outras empresas do setor de agronegócio.

Passo a Passo de Como Emitir Um Título Verde

Quem pode emitir um título verde?

Produtores, cooperativas, empresas, fornecedores, traders e distribuidores tem diversas opções de estruturas para financiar ativos ou projetos verdes no setor agropecuário. Ativos elegíveis incluem conservação, agricultura e pecuária sustentável, energia renovável, florestas e infraestrutura de baixo carbono, bem como medidas de adaptação. As estruturas de financiamento dependerão do emissor e de características específicas do projeto e de condições regulatórias e de mercado. Enquanto cada estrutura financeira envolve processos específicos, o passo a passo abaixo tem como objetivo informar como emitir títulos verdes para financiar projetos de agricultura sustentável.

1 Passo – Desenvolver um Protocolo (Framework) de Títulos Verdes

O primeiro passo para financiar um projeto verde é elaborar um protocolo de títulos verdes definindo o processo de seleção e critérios de elegibilidade para identificar projetos e ativos que serão financiados. O framework também deve estabelecer o monitoramento e divulgação de informações, inclusive da alocação dos fundos:

- Definição dos Critérios Elegibilidade
- Seleção de Ativos/Projetos
- Gestão dos Recursos
- Relatório Pós-Emissão

Available Guidelines & Standards:

Diretrizes & Padrões Disponíveis:

Princípios para Títulos Verdes (GBP), Princípios para Empréstimos Verdes (GLP), Taxonomia Climate e Climate Bonds Standard

Existem diretrizes disponíveis para o Brasil.

2 Passo – Definição de Fontes de Financiamento

Uma vez que ativos/projetos tenham sido identificados, o próximo passo é determinar a melhor forma de se obter financiamento. Depending on the issuer, financing can be obtained through:

- Investimento direto:** equity, dívida corporativa ou project finance
- Investimento semidiretos:** veículos/mecanismos agregados, securitizações, covered bonds
- Investimentos indiretos:** títulos corporativos, participação em financiamento de dívida

Step 3 – Deal Structuring

Diferentes fontes de financiamento podem ser combinadas dependendo da entidade emissora, características de ativos/projeto e fatores macroeconômicos. Nesta fase, o emissor pode buscar apoio de provedores de serviços financeiros, como bancos, securitizadoras, provedores de garantia e instituições especializadas para identificar o melhor caminho a seguir. Após a escolha do instrumento financeiro, o emissor terá que preparar qualquer documentação exigida por regulamentos relevantes ou instituições que forneçam mecanismos de melhoria de crédito, como relatórios de due diligence, projeções e/ou avaliações de fluxo de caixa, contas financeiras ou relatórios ambientais.

4 Passo – Originação e Emissão

Esse passo incluir todas partes que apoiam a estruturação e execução da operação.

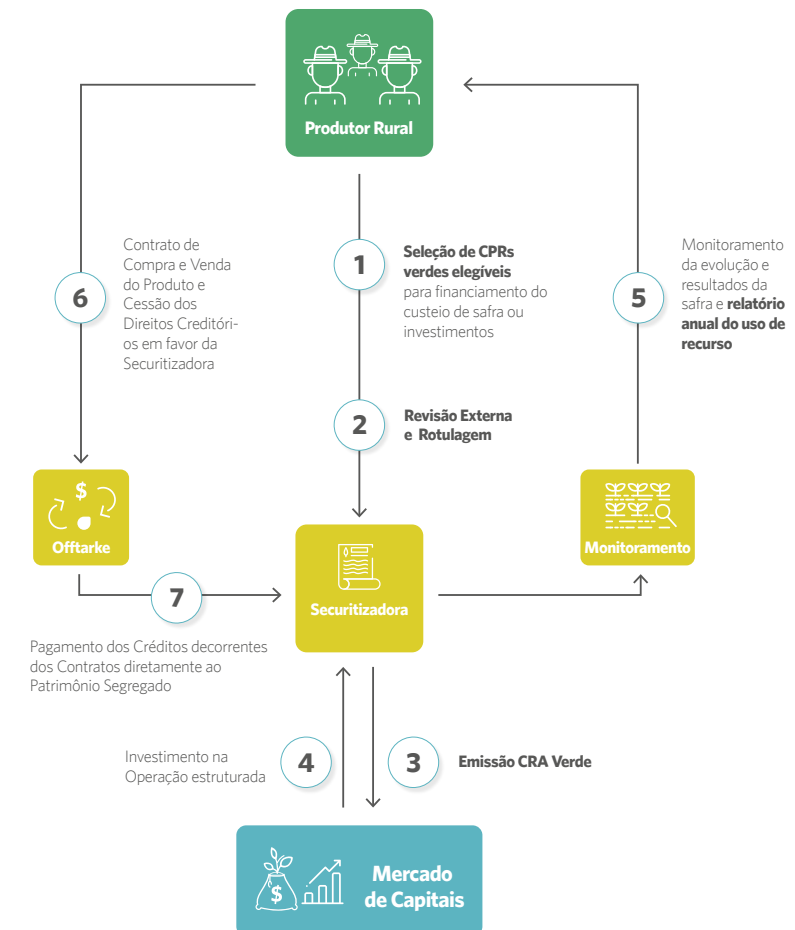
Revisão Externa: como melhor prática de mercado, a contratação de uma avaliação externa é necessária para analisar as credenciais verdes da operação.

- Estruturador:** estrutura a operação com o emissor.
- Assessores Legais:** prepara o prospecto do título e toda a documentação da operação, fornece assessoria legal para estruturação e emite uma opinião legal.
- Auditores Financeiros:** preparam o relatório da auditoria e aprovam as informações financeiras do prospecto do título/empréstimo.
- Coordenadores (Underwriter):** coordena a operação e gerencia o processo de venda do título para investidores.

5 PASSO – DIVULGAÇÃO PÓS-EMIÇÃO

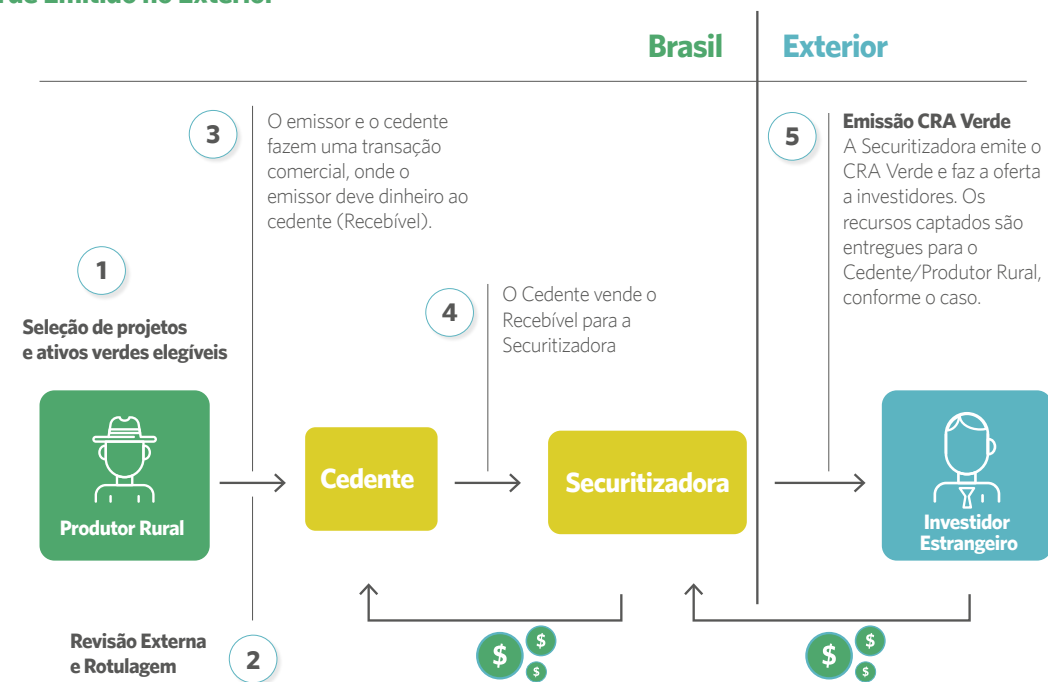
Após a emissão de um título/empréstimo verde, emissores devem fazer a divulgação anual para confirmar a alocação dos recursos em projetos/ativos verdes e a gestão de recursos não alocados. Como melhor prática de mercado, emissores também devem divulgar os impactos dos projetos financiados por meio de métricas e referências adequados.

O que isso significa na prática? CRA Verde



Fonte: Ecoagro/Pinheiro Neto Advogados

O que isso significa na prática? CRA Verde Emitido no Exterior



Note: Essa transação também pode ser implementada por uma transação de dívida direta entre a Securitizadora e o Emissor. Nesse caso, o fluxo de recursos vai do investidor a Securitizadora e ao emissor.

Fonte: Ecoagro/Pinheiro Neto Advogados

Recomendações para Expandir Agricultura Sustentável no Brasil

O Brasil pode escalar ativos e projetos agrícolas sustentáveis e instrumentos de financiamento verdes, incluindo títulos verdes, por meio de importantes mudanças institucionais e de políticas públicas. Essas medidas podem elevar o perfil do Brasil como líder agrícola sustentável, estabelecer um pipeline de oportunidades de investimento no agronegócio, e facilitar o acesso a novas fontes de financiamento.

As principais recomendações são:

01. Promover avanços em agricultura sustentável.

Embora o Ministério da Agricultura tenha publicado as “Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária Brasileira”, no início de 2020, e apesar da sustentabilidade ser um pilar de seu Programa de Imagem e Acesso a Mercados do Agronegócio Brasileiro (PAM-Agro), esse resultado ainda não foi totalmente captado no âmbito nacional ou internacional. *Ações prioritárias e evoluções, incluindo os avanços rumo aos compromissos climáticos do país no setor agropecuário, devem ser amplamente divulgadas a fim de informar investidores e enviar um sinal forte ao mercado.*

02. Melhorar o acesso aos dados e transparência.

Utilizar as plataformas existentes, como o Observatório da Agricultura, para divulgar informações sobre linhas de crédito públicas que incentivem boas práticas agrícolas, legislação ambiental, números de preservação (por exemplo, o sistema de monitoramento por satélite) e o avanços decorrentes do aumento da produtividade e da eficiência. Esses números são dispersos, indisponíveis ou desatualizados. *Isso melhoraria o acesso aos dados e proporcionaria maior visibilidade às credenciais verdes do Brasil.*

03. Expandir o Plano e o Programa de Agricultura de Baixo Carbono.

O Plano e o Programa ABC são válidos até 2020 e mostraram ser instrumentos importantes para a adoção de práticas agrícolas de baixo carbono. *Uma fase nova e aprimorada pode incluir novas categorias de ativos para aumentar a mitigação e a resiliência em propriedades rurais* (por exemplo, novas tecnologias para aumentar a produtividade, máquinas, armazenamento, insumos), além de permitir uma maior implementação de práticas existentes.

04. Ajustar requisitos regulatórios

para melhorar o ambiente de negócios e facilitar o acesso do produtor ao mercado de capitais.

05. Elaborar um pipeline de investimentos verdes para ajudar os investidores a entenderem que existe um conjunto suficientemente grande de investimentos economicamente atraentes,

que também são verdes

e que podem dar escala às práticas sustentáveis. Isso proporcionaria uma visão mais clara das oportunidades de investimento no agronegócio brasileiro.

06. Incorporar o risco climático ao PAP (crédito e seguro).

O seguro agrícola deve ser expandido e oferecer uma cobertura mais ampla das companhias de seguros. Também, devem ser incentivados novos produtos que considerem os padrões de resiliência ao clima e à agricultura.

07. Priorizar instrumentos financeiros verdes.

Há uma grande variedade de estruturas financeiras para financiar o agronegócio brasileiro, e que podem ser rotuladas como verdes. *Incentivos como a aceleração do procedimento (fast track) para títulos verdes (Lei nº 12.431/2011), o crédito tributário e a isenção tributária, podem incentivar emissões de títulos no setor agrícola.*

08. Promover mecanismos de melhoria de crédito através de Bancos Públicos.

Estruturas subordinadas, tranches/cotas, seguros e mecanismos de compartilhamento de perdas, poderiam ser aplicadas em CRAs, FIDCs e Bonds (debêntures) para alavancar o capital público a fim de atrair investidores privados.

09. Reduzir o depósito compulsório em empréstimos verdes,

isso permitiria que bancos fossem mais ativos em projetos verdes/sustentáveis.

10. Emitir títulos soberanos para financiar agricultura sustentável,

isso permite que o Governo acesse diretamente o mercado de capitais para financiar projetos e ativos prioritários.

11. Possibilitar diálogos com investidores e gestores de ativos

para desenvolver um mercado financeiro verde para o setor agrícola. Esses atores são parte fundamental da demanda por investimentos com maior retorno e sustentabilidade.

12. Fomentar a agenda de finanças e sustentabilidade verde,

já que isso pode atrair o investimento privado necessário para expandir a produção agrícola e a cadeia de suprimentos.